lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou de exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **l.** Subvenções e assistências governamentais. A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções e assistências governamentais: **1.** Incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS A Companhia por meio de sua unidade industrial instalada no estado do Pará é beneficiária de incentivo fiscal correspondente a crédito presumido de 48% do ICMS devido sobre o volume de vendas de água sanitária e vinagre, aprovados pelo Decreto nº 59, de 13 de março de 2007. **2.** Incentivos fiscais do IRPJ – Lucro da Exploração A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2005 a 2013, calculados sobre o lucro da exploração dos produtos água sanitária e vinagre fabricados em sua unidade industrial no estado do Pará. As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas em cada um dos decretos concessivos e de que serão auferidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros - incentivos fiscais no patrimônio líquido, exceto aquelas garantidas até 31/12/2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Caixa	4	3
Bcos conta mov.	287	1.207
Aplic. financ. Líq. de IR	23.057	15.365
Total	23.348	16.575

O caixa e equivalentes de caixa são basi - camente, saldo em conta movimento e títulos e valores mobiliários classificados como disponibilidade que são represen - tados por aplicações financeiras de curto prazo, em CDB. O longo prazo corres - ponde à aplicação financeira em CDB no Banco do Brasil. As aplicações de curto e longo prazo possuem taxas de remune- ração anual que variam de 100 % a 102,5% do CDI.

5. Contas a Receber de Clientes

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Contas a rec. de clientes	8.722	6.575
(-) Prov. para créd. de liquid. duvidosa	(158)	(79)
	8.564	6.496

6. Estoques

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Produtos acabados	130	152
Merc. para revenda	1.160	935
Prod. em elab.	40	50
Mat.-prima e emb.	740	653
	2.070	1.790

7. Tributos a Recuperar e a Recolher

A recuperar	Curto prazo 2011 R$ mil	Curto prazo 2010 R$ mil	Longo prazo 2011 R$ mil	Longo prazo 2010 R$ mil
IPI	1.985	1.552		
IRRF	660	212		
CSLL	39	424		
ICMS a recup.	745	331		
ICMS s/ ativo fixo - CIAP	66	127	197	378
Outros tributos		30		
	3.495	2.676	197	378

A recolher	Curto Prazo 2011 R$ mil	Curto Prazo 2010 R$ mil
PIS e COFINS	51	73
IRRF	28	22
IRPJ		12
CSLL		437
ICMS	238	201
Out. tributos		1
	317	746

a. Contas a receber – Correspondem ao saldo restante das vendas realizadas pela Companhia à controladora. **b.** Adiantamentos para compras - A Companhia, para fazer face às suas compras junto à sua controladora, Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A., concede mensalmente adiantamentos a IRRF S.A. Essas transações são realizadas conforme preços específicos contratados entre as partes **c.** Outros – Corresponde a um crédito na conta corrente bancária da controlada, referente ao recebimento de uma duplicata que se encontra em nome da sua controladora, Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A; **d.** Contas a pagar – A Companhia adquiriu mercadoria da controladora Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A, com vencimentos em janeiro de 2012. A Companhia tem por prática amortizar o passivo com a sua controladora contra os adiantamentos concedidos a mesma apenas na data do vencimento dos títulos **e.** Mercadorias para revenda – A Companhia realiza compras de mercadorias da controladora. A remuneração total paga aos administradores, sob a forma de pró-labore, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R$ 340 mil (R$ 397 mil em 2010) e foram contabilizados no resultado.

8. Partes Relacionadas Os saldos e as transações que a **Pará Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A.** efetuou com partes relacionadas **(Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S.A.)** durante os exercícios findos em 31/12/2011 e de 2010, estão sumariados a seguir:

Ativo	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Contas a rec. (a)	7	27
Adiant. p/compras (b)	9.920	13.356
Outros (c)	19	
Passivo		
Contas a pagar (d)	1.554	883
Merc. p/ revenda		
Compras de merc. (e)	18.108	15.805

9. Investimentos Corresponde aos valores aplicados na aquisi - ção de ações da Telepará S.A.

10. Imobilizado

	Custo de Aquisição R$ mil	Dep. Acumul. R$ mil	2011 Sld. Líquido R$ mil	2010 Sld. Líquido R$ mil	Tx. de Deprec. % a.a.
Terrenos	408		408	408	
Edificações	3.145	(2.302)	843	969	4
Instalações	1.202	(848)	354	395	10
Máq. e equip.	5.518	(2.928)	2.590	2.594	10
Móv. e utens.	167	(89)	78	61	10
Veículos de uso	1.747	(582)	1.165	1.491	20
Equip. de inf.	133	(103)	30	34	20
Outros	942	(614)	328	376	20 a 33
Ad. a fornec.					
Ob. em and.	462		462	17	
	13.724	(7.466)	6.258	6.345	

A Companhia manteve as taxas de depreciação aceitas pela legislação fiscal vigente, optando por não realizar estudo que indique revisão da vida útil dos seus ativos imobilizados, e que também indique a perspectiva de recuperação desses ativos através de suas operações futuras, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 27 (Ativo Imobilizado) e pela Interpretação Técnica ICPC-10 (Interpre - tação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43).

11. Empréstimos e Financiamentos

Aplicados no Imobilizado:	Indexador % a.a.	Curto Prazo 2011 R$ mil	Curto Prazo 2010 R$ mil	Longo Prazo 2011 R$ mil	Longo Prazo 2010 R$ mil
Bco. Itaú S/A.- 10651110000302 PA.	0,56	274	75	617	747
Bco. Itaú S/A.- 10651110000304 PA.	7,00	4	4	9	13
Banco Itaú S/A.- 106510020018200 PA.	7,00	32	31	73	105
		310	**110**	**699**	**865**

Os contratos com o Banco Itaú BBA S/A são representados por financiamentos relativos à Cédula de Crédito Bancário e destinam- se à aquisição de veículos (caminhões e carrocerias). Os prazos de financiamento variam de 50 a 60 meses e os vencimentos ocorrerão no ano de 2015. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens os quais deram origem ao financiamento e aval dos sócios, respectivamente. As parcelas vencíveis a l. prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Venc.	Valor R$ mil
2013	309
2014	309
2015	81
	699

12. Parcelamento Especial Instituído pela Lei 11.941/2009 Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Companhia aderiu, no exercício de 2009, no qual puderam ser incluídos e consolidados, com redução das multas e juros, os débitos tributários que compõem os processos administrativos e judiciais em discussão com a Secretaria da Receita Federal do Brasil– SRFB. Em 2010, conforme facultado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia pagou as parcelas mínimas, motivo pelo qual a dívida estava reconhecida apenas no passivo não circulante. A companhia teve aceito o pedido de consolidação do Parcelamento de Dívidas Tributárias pela Receita Federal do Brasil em 22/07/2011, parcelado em 40 meses. A seguir são demonstrados os débitos tri - butários, em 31/12/2011, que foram inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme a Lei nº 11.941/09:

Composição dos débitos	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Principal	2.008	1.206
Multa	65	241
Juros	361	998
Sld. em 31/12//2011	2.434	2.445
Circulante	859	
Não circulante	1.575	

13. Contingências As provisões para contingências são constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficientes pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de assessores jurídicos. A Administração juntamente com seus assessores legais entende que não há necessidade de constituição de provisão para contingências em 31/12/2011 e de 2010. De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Conseqüentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento. **14. Patrimônio Líquido a.** Capital social Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social é representado por 1.000.000 de ações divididas em 580.361 ações ordinárias e 419.639 ações preferências classe "A", sem valor nominal. Em 14 de junho de 2011, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária, aumento de capital no montante de R$ 898 mil, mediante a totalidade do saldo das reservas de capital – incentivos fiscais. As ações preferenciais classe "A" não tem direito a voto, bem como não possuem direito de preferência na emissão de novas ações. As ações preferenciais classe A possuem prioridade: (i) na distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia, (ii) no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia, e (iii) participação integral nos resultados da Companhia de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser conferidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. **b.** reserva de lucros **14.1** Reserva de incentivos fiscais - A Companhia é beneficiária de algumas subvenções e assistências governamentais, conforme descrito na Nota 3k. Conforme as práticas contábeis vigentes, em 31 de dezembro de 2011, as reduções/isenções relativas às subvenções e assistências e são lançadas no resultado do exercício e, posteriormente, transferidas de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscal **14.2** Reserva legal – É formada por apropriações de 5% do lucro líquido do exercício anual antes de qualquer apropriação e observando o limite de 20% do capital **14.3** Retenção de lucros – O saldo em 31 de dezembro de 2011 está à disposição da Assembléia Geral para destinação.

14.4 Dividendos

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Luc. líq. do exercício	6.215	3.612
(-) Reserva legal (5%)	(311)	(136)
	5.904	3.476
(-) Const. da res. de inc. fiscal	(1.174)	(898)
Base de cálc. p/ divid.	4.730	2.578
Percentual	25%	51%
Dividendos propostos	1.182	1.316

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, este foi o procedimento aplicado para o exercício de 2011. Dessa forma, a movimentação da conta de dividendos a pagar, durante o exercício de 2011, era a seguinte:

	Valor R$ mil
Saldo inicial	1.959

c. Retificação de erro Complemento do valor referente a participação nos lucros e resultados da Companhia, decorrente do exercício de 2010.

15. Receita Bruta e Deduções

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
REC. OPERAC. BRUTA		
Venda de produtos	30.646	27.885
Venda de mercadorias	28.028	26.052
DED. DA REC. OPER. BRUTA	(8.869)	(8.070)
REC. OPER. LÍQUIDA	49.805	45.867

16. Resultado Financeiro

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Desc. concedidos	(304)	(202)
Juros passivos	(941)	(1.034)
Out. desp. financeiras		(40)
T. das desp. financeiras	(1.245)	(1.276)
Rec. de juros com aplic. financ.	2.103	1.360
Descontos obtidos	4	13
Juros recebidos	182	55
T. das rec. financeiras	2.289	1.428
Res. financeiro - líquido	1.044	152

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social em 31/12/2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Imp. de renda	(1.883)	(1.185)
(+) Inc. fiscal	703	427
	(1.180)	(758)
Contrib. social	(688)	(437)
Desp. de imp. de renda e contrib. social	(1.868)	(1.195)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2011 e de 2010, está demonstrada a seguir:

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.083	4.807
Imposto de renda e contribuição social a Taxa nominal (34%)	(2.748)	(1.634)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Incentivo fiscal – lucro da exploração	703	427
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	177	12
	(1.868)	(1.195)
Taxa efetiva	23,11%	24,86%

18. Instrumentos Financeiros Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 14, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Considerações gerais Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: * Caixa e equivalentes a caixa: estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor contábil. As aplicações financeiras, incluídas em grupo de conta caixa e equivalentes a caixa, são classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. * Contas a receber de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. * Fornecedores – Decorrem de transações realizadas com terceiros

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE